

Títulos dos EUA garantiram acordo

■ Ministro diz que autorizou BC a iniciar compra em novembro para poder negociar

Josemar Gonçalves — 24/3/94

BRASÍLIA — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, admitiu ontem que autorizou o Banco Central, em novembro, a iniciar a compra sigilosa de títulos do Tesouro norte-americano no mercado secundário para constituir as garantias do acordo da dívida com os bancos credores. Fernando Henrique e o presidente do Banco Central, Pedro Malan, que foram explicar a compra na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, se recusaram a informar valores, datas, custos ou qualquer outro detalhe da operação.

“Assuntos técnicos de interesse nacional devem ser preservados”, afirmou Fernando Henrique, negando que ao dar a autorização já estaria ciente da impossibilidade de fechar o acordo com o FMI a tempo. “Houve simplesmente uma precaução e temos que estar todo o tempo preparados. Tentamos o acordo com o Fundo até o final”, argumentou.

Na falta de um acordo com o Fundo, o Tesouro americano se recusou a fazer uma emissão especial dos títulos ao Brasil. Para não inviabilizar as negociações, o país optou por comprá-los no mercado secundário. O Brasil terá que apresentar aos credores, inicialmente, US\$ 2,8 bilhões nesses papéis e, ao final de dois anos, o total de US\$ 4,8 bilhões.

Segundo o ministro, apenas outros dois integrantes da equipe sabiam da compra: Malan e o diretor de Assuntos Internacionais do BC, Gustavo Franco. Ele não chegou a

esclarecer se o presidente Itamar Franco foi consultado. Admitiu, no entanto, que o FMI e o Tesouro americano “perceberam” a manobra.

Segundo Malan, a operação foi feita em segredo para evitar que o mercado se antecipasse, elevando as taxas dos papéis. “Em qualquer resposta estaríamos dando informações a operadores que poderiam agir contra os nossos interesses”, explicou. A compra também eliminou o risco de um impasse nas negociações. “Não deveríamos ficar parados, à espera que Godot se materializasse no dia”, afirmou Malan.

Omissão — O ministro afirmou que não houve desrespeito ao Senado e que não omitiu informações, mas o faria, se fosse o caso. “O interesse público não combina com o boquirroto”, disse. Ao contrário do que se esperava, Fernando Henrique conseguiu ganhar o apoio da maioria dos integrantes da Comissão. Um dos mais combativos, o senador Espiridião Amin (PPR-SC), que dois dias antes distribuiu nota aos colegas afirmando que o acordo fora conduzido em um contexto diferente daquele autorizado pelo Senado, concordou com a negativa do ministro em dar detalhes sobre a operação, abrindo mão da resposta imediata às suas perguntas.

O senador Ronan Tito (PMDB-MG), que na segunda-feira demonstrava irritação, mudou de tom: “Os nossos negociadores continuam merecendo a nossa confiança”.



Malan e Fernando Henrique: explicações sobre negociação da dívida